

INCLUSÃO TECNOLÓGICA NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR) FRENTE A IMPLANTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) NO MUNICÍPIO DE ITACARÉ- BAHIA

**Janille da Costa Pinto¹
Cátia Regina Conceição dos Santos²
Arlete Ramos dos Santos³**

RESUMO

Este artigo apresenta resultados provenientes do recorte da pesquisa geral intitulada “Políticas Educacionais do Plano de Ações Articuladas (PAR) E A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em municípios da Bahia: desafios e perspectivas”, a qual tem como objetivo analisar as contribuições das políticas educacionais do PAR para a implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC nas escolas do campo de alguns Territórios de Identidade que ficam localizados na área de abrangência da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB e adjacentes⁴. Nesse contexto, optamos em coletar dados mediante a pesquisa documental e bibliográfica referente ao Município de Itacaré (Território Litoral Sul), para conhecer como está programada os recursos provenientes do PAR para efetivar a inclusão tecnológica na cidade, visto que o mesmo possui um grande aporte turístico. Concluímos que o Município utilizou os recursos do PAR, contudo, não foram encontrados dados sobre a aquisição e, nem proposta relacionada a inserção tecnológica no Município.

Palavras-chave: Educação. Tecnologias. Políticas públicas.

¹ Núcleo Territorial de Educação Litoral Sul da Bahia (NTE 05), Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos sociais, Diversidade e Educação do Campo (GEPEMDEC- UESB- UESC) com registro no CNPQ, Ilhéus, Bahia, Brasil. E-mail: janillecp@gmail.com

² Policial Militar da Bahia e Instrutora de Trânsito. Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação Do Campo e da Cidade (GEPEMDECC- UESB- UESC) com registro no CNPQ. Ilhéus, Bahia, Brasil. E-mail: catia_pm@hotmail.com.

³ Professora Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC - BA). Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação Do Campo e da Cidade (GEPEMDECC- UESB- UESC), com registro no CNPQ. Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. E-mail: arlerp@hotmail.com

⁴ Território de Identidade Médio Sudoeste da Bahia, Território de Identidade Sudoeste baiano, Território de Identidade Médio Rio de Contas, Território de Identidade Sertão Produtivo, Território de Identidade Velho Chico e Território de Identidade do Litoral Sul da Bahia

INTRODUÇÃO

Quando falamos sobre o uso das tecnologias na educação, precisamos visualizar as condições de acesso e disponibilidade desses recursos tecnológicos no ambiente escolar para o(a) professor(a), conforme destaca Kenski (2010). Por sua vez, tais recursos chegam às instituições por meio de planejamentos, orçamentos e registros realizados em diversos sistemas que gerenciam a educação e, então, são liberados para uso e disponibilidade nas escolas.

Nesse contexto, optamos por investigar sobre a Inclusão Tecnológica nas Políticas Educacionais do Plano de Ações Articuladas (PAR) frente à implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no município de Itacaré – Bahia, como um recorte da Pesquisa “Políticas educacionais do Plano de Ações Articuladas (PAR) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em municípios da Bahia: desafios e perspectivas”.

Tal pesquisa, em seu cenário macro, é realizada pelo Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação Do Campo e da Cidade (GPEMDECC-UESB-UESC), tendo por objetivo analisar as contribuições das políticas educacionais do PAR para a implementação da BNCC nas escolas do campo de alguns Territórios de Identidade que ficam localizados na área de abrangência da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e adjacentes, que envolvem os seguintes territórios:

- Território de Identidade Médio Sudoeste da Bahia: Caatiba Firmino Alves Ibicuá Iguai Itambé Itapetinga Itarantim Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá, Santa Cruz da Vitória;
- Território de Identidade Sudoeste baiano: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista.
- Território de Identidade Médio Rio de Contas: Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Manoel Vitorino, Nova Ibiá, Ubatã

- Território de Identidade Sertão Produtivo: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Laje, Maracás, Mutuípe, S. Miguel das Matas, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, Ubaíra
- Território de Identidade Velho Chico: Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina.
- Território de Identidade do Litoral Sul da Bahia: Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacã, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçuca.

Nessa investigação, busca-se analisar os planejamentos realizados pelo Município de Itacaré no que tange à fomentação da inclusão tecnológica na Educação, refletir sobre as ações presentes no PAR no que concerne à dimensão 4 e suas áreas que tratam sobre a Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos, onde possui duas subdivisões: 4.1 e 4.2. É justamente na 4.2 que encontramos as especificações para o uso das tecnologias, que estão centradas em: 4.2.1: existências de computadores com acesso a internet na área urbana; 4.2.2 existências de computadores com acesso a internet no campo, indígenas e ou quilombolas e a 4.2.3: existências de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado.

De igual modo, buscamos identificar como estão sendo efetivadas as políticas subsidiadas pelo PAR, no intuito de contemplar a BNCC, que “[...] é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica.” (BRASIL, 2021, *online*). Justamente porque todos os municípios, a partir de 2019, tiveram que adequar seu currículo escolar aos preceitos impostos por esse documento, como bem destaca Freitas (2018):

A BNCC proposta não terá a função de ‘orientar’ a educação nacional, como seria de se esperar, mas sim de *padronizar* competências, habilidades e conteúdo de norte a sul, determinando o que as escolas devem ensinar e quando[...]. A BNCC do MEC está *dentro de uma política educacional* que propõe melhorar a educação brasileira através do seu atrelamento do ensino a avaliações censitárias (de todos os estudantes) em escala nacional (Prova Brasil e ANA), o que obriga os Estados a aplicar a BNCC. Desta forma, um Estado não pode criar, de fato, seu próprio currículo, pois seus alunos serão



testados segundo avaliações nacionais feitas a partir da BNCC do MEC e não de um eventual currículo do Estado (FREITAS, 2018, *ONLINE*, grifo do autor).

Para tanto, refletimos à luz dos documentos legislativos brasileiros a nível nacional, estadual e municipal, bem como autores(as) que versam sobre o uso das tecnologias na educação, como Santos *et al* (2020;2021), Kenski (2010). Assim, a problemática deste estudo foi constituída pelo seguinte questionamento: como está sendo implementada a inclusão tecnológica via políticas do PAR na efetivação da BNCC nas escolas do Campo e Cidade do Município de Itacaré-BA? A pergunta da pesquisa se justifica pelo fato de que, a partir do segundo ciclo ocorrido em 2016 a 2019 e o terceiro (atual) relativo a 2020 a 2023, o PAR passou por modificações alinhando o planejamento ao Plano Nacional de Educação para a próxima década e a BNCC, pois o “[...] PAR é um instrumento importante para auxiliar os entes federados a atingir as metas pactuadas em seus respectivos Planos de Educação” (BRASIL, 2007b, p.10).

Dessa maneira, se realizou uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória. Segundo Bogdan e Biklen (1982), essa metodologia envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar as questões relacionadas à escola. Contudo, para este recorte, apresentamos dados referentes à pesquisa bibliográfica e documental sobre as políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão tecnológica contidas no PAR, para o campo e cidade, que estão sendo implementadas a fim de materializar a BNCC no município de Itacaré.

Para análise dos dados, seguimos a metodologia dialética, pois “[...] a dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a ‘coisa em si’ e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade” (KOSIK, 1997, p. 20). Cabe destacar que escolhemos esse enfoque pois possibilita analisar o real a partir da análise documental, para verificar a implementação de tecnologias com recursos do PAR, para as escolas do campo e cidade em Itacaré-BA.

Portanto, as reflexões aqui fomentadas foram construídas no intuito de demonstrar o real cenário de como se encontra o planejamento e efetivação da inclusão tecnológica na Educação e a implantação da BNCC provindas das Políticas do PAR.

A INCLUSÃO TECNOLÓGICA PROVINDA DO PAR E A IMPLANTAÇÃO DA BNCC EM ITACARÉ

O Plano de Ações Articuladas (PAR) faz parte do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que se constitui em um programa estratégico do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), regulamentado através do Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007, implantando um novo regime de colaboração para atender às demandas educacionais, com vistas à melhoria dos indicadores educacionais. Logo, nesse Plano, os gestores(as) municipais no âmbito do Brasil assinam um termo de adesão às políticas educacionais propostas pelo Ministério de Educação (MEC), gerenciado mediante o monitoramento *online* no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC).

Conforme destaca o artigo 9º do Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007, o PAR “[...] é o conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo Ministério da Educação, que visa o cumprimento das metas do Compromisso e a observância das suas diretrizes.” (BRASIL, 2007, *on line*).

Tal programa é estruturado em quatro grandes dimensões: 1) Gestão Educacional; 2) Formação de Professores e dos Profissionais de Serviços e Apoio Escolar; 3) Práticas Pedagógicas e Avaliação; e 4) Infraestrutura física e Recursos Pedagógicos, sendo esta última o foco do presente artigo. Isso porque o planejamento e efetivação da inclusão tecnológica no ambiente escolar se dá primeiramente disponibilizando estrutura e recursos adequados para que o(a) professor(a) possa inserir a dimensão da tecnologia e suas virtualidade na prática pedagógica docente.

Cabe destacar que as Políticas provindas do PAR envolvem ações em todos os níveis e modalidades da educação, incluindo as questões da gestão, da formação, do financiamento e da infraestrutura escolar. Por meio desse programa, os Municípios aderem aos diversos programas federais, como: o Programa Escola Ativa, o Mais Educação, Pró-Gestão, dentre outros. Bem como os programas estaduais, a exemplo de: Programa Todos Pela Alfabetização (TOPA), o Pacto pela Educação, dentre outros.

Na atualidade, o PAR já está em seu 4º ciclo (2020 a 2023). O primeiro ocorreu no período entre 2007 a 2010. Já o 2º ciclo corresponde a 2011 a 2015 e o 3º relativo aos anos de 2016 a 2019. Assim, justamente no 3º Ciclo que foi implementada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Documento que foi instituído por meio da Resolução CNE/CP nº 2 de 22

de dezembro de 2017 e traz orientações para sua implantação ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica (BRASIL, 2017).

A BNCC apresenta competências e habilidades sobre todas as etapas e níveis de ensino, divididas em quatro áreas: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias e Ciências Naturais e suas tecnologias. Ao analisá-la, observamos que está intrinsecamente ligada ao PAR, pois o investimento nas políticas educacionais torna-se imprescindível para que o currículo possa ser implementado com êxito, como bem enfatiza o artigo 5º da Resolução CNE/CP nº 2/2017:

Art. 5º A BNCC é referência nacional para os sistemas de ensino e para as instituições ou redes escolares públicas e privadas da Educação Básica, dos sistemas federal, estaduais, distrital e municipais, para construir ou revisar os seus currículos. §1º A BNCC deve fundamentar a concepção, formulação, implementação, avaliação e revisão dos currículos, e consequentemente das propostas pedagógicas das instituições escolares, contribuindo, desse modo, para a articulação e coordenação de políticas e ações educacionais desenvolvidas em âmbito federal, estadual, distrital e municipal, especialmente em relação à formação de professores, à avaliação da aprendizagem, à definição de recursos didáticos e aos critérios definidores de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da oferta de educação de qualidade. §2º A implementação da BNCC deve superar a fragmentação das políticas educacionais, ensejando o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e balizando a qualidade da educação ofertada (BRASIL, 2017, ARTIGO 5º, *on line*).

É nesse âmbito que percebemos a necessidade de fomentar a inclusão tecnológica no ambiente escolar, que se apresenta como uma das competências gerais da educação básica na BNCC. Conforme observamos a seguir a competência 5:

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2021, p. 9).

Dessa forma, notamos que os Municípios brasileiros a partir da BNCC tiveram que reorganizar seu currículo e práticas pedagógicas. Para executar tais mudanças, precisaram planejar ações e programas que envolvessem as quatro dimensões do PAR. Este artigo, por

sua vez, focaliza seu olhar no Município de Itacaré, que compõe os 26 municípios que fazem parte do Território de Identidade do Litoral Sul da Bahia.

O Município analisado possui 24.318 pessoas de acordo com o último censo em 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com projeção para 2020 de um aumento populacional, chegando a 28.648 pessoas. Tem uma densidade demográfica de 32,96 hab./km².

Esse Município é surge da antiga Vila da barra do Rio de Contas, após o declínio de sua pequena atuação na área portuária de escoamento das amêndoas de cacau, assumiu posição importante no cenário nacional e internacional na área do turismo. Segundo Meliani (2006, p. 561), “[...] O termo ‘Itacaré’, que em tupi significa ‘pedra torta’, é uma provável alusão às estruturas bandadas e sinuosas das rochas metamórficas que afloram junto à foz do rio de Contas, bem como em toda costa sul do município”. Essas características reforçam a sua economia, por também possuir atrativos turísticos como resquícios da mata atlântica e toda a costa banhada pelo Oceano Atlântico.

No que concerne à caracterização socioeconômica da cidade, destacamos dados encontrados no site IBGE(2018), em relação ao trabalho e rendimento:

Em 2018, o salário médio mensal era de 1.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 12.2%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 186 de 417 e 70 de 417, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3263 de 5570 e 2845 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 43.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 379 de 417 dentre as cidades do estado e na posição 2295 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2018, *ONLINE*).

Compreende-se que a cidade em questão está traçando um caminho de grandes avanços, já que, ainda segundo o IBGE (2018), sua principal renda é advinda em percentual das receitas oriundas de fontes externas e equivale a 86,7 %. Tendo como uma das principais fontes de renda o turismo, que vem a ser uma atividade sazonal. Destacamos a importância da análise socioeconômica da região, pois essa conjuntura deve estar alinhada à qualidade do ensino público, visto que entendemos a lógica de que: quanto mais recursos o município tiver, maior a probabilidade de bons investimentos em educação.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), a educação de qualidade deve assegurar uma formação para o mundo do trabalho e para o



exercício da cidadania. Quando verificamos, no PAR, o planejamento relacionado às quatro dimensões, constatamos a necessidade de enxergar o panorama de desenvolvimento educacional de Itacaré, fazendo um recorte temporal entre os anos de 2015 a 2020, com base no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Nesse contexto, notamos que o município analisado possui 46 unidades escolares no total, sendo distribuídas da seguinte forma: 2 escolas da rede estadual, 3 da rede privadas, 41 da rede municipal (sendo 11 na cidade e 30 no campo) (BRASIL, CENSO ESCOLAR, 2020). Vale ressaltar que no campo no período de 2015 a 2018, tinha 35 escolas, e em 2019-2020, passou a ter a ter 30 unidades escolares. O que representa uma redução de 14, 28%. De modo geral, essa redução acompanha o movimento de fechamento de escolas dos campos em escala nacional, com a política de nucleação.

Segundo Carvalho e Sergio (2017, p.3) “nos últimos anos, entre 2013 e 2014, foram fechadas 4.084 escolas rurais, o equivalente a um corte de aproximadamente 340 instituições por mês, ou pouco mais de 11 por dia”. Essa política de nucleamento, discutida por Carvalho e Sergio (2017, p.3), Santos et. al, (2021;2020), destacam a gravidade da reestruturação e adequação espacial dos(as) alunos(as), face a tão almejada qualidade de ensino e busca de redução de custo, o que não se justifica, pois segundo os autores, isso afeta diretamente a comunidade, excluindo assim, as especificidades de cada lugar.

Em relação às matrículas, mesmo o campo tendo o maior número de escolas, a cidade apresenta um quadro com quase o dobro das matrículas do município, por ser escolas de portes maiores. Há também, no tocante ao imaginário popular, muitas vezes a noção de que as escolas situadas na zona urbana oferecem melhor ensino, o que pode provocar uma maior busca e, conseqüentemente, mais matrículas em escolas na zona urbana, conforme apontado na Tabela 1.

Tabela 1 – NÚMERO DE MATRÍCULAS EM ITACARÉ (2015-2020)

ANO	2015		2016		2017		2018		2019		2020	
	CAMP	CID										
Creches	101	204	100	233	82	254	77	324	63	266	107	266
Pré-escolas	245	428	219	397	287	474	315	481	301	496	252	530



Anos Iniciais	835	145	736	145	805	1.51	787	153	787	1.50	775	1.41
		7		3		8		2		4		2
Anos finais	93	1.27	76	1.11	109	1.24	111	1.28	149	1.41	145	1.46
		0		4		4		5		0		5
Ensino \médio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EJA	163	483	169	561	358	645	238	544	117	432	143	389
Educação Especial	0	0	0	0	16	262	22	246	42	291	38	272

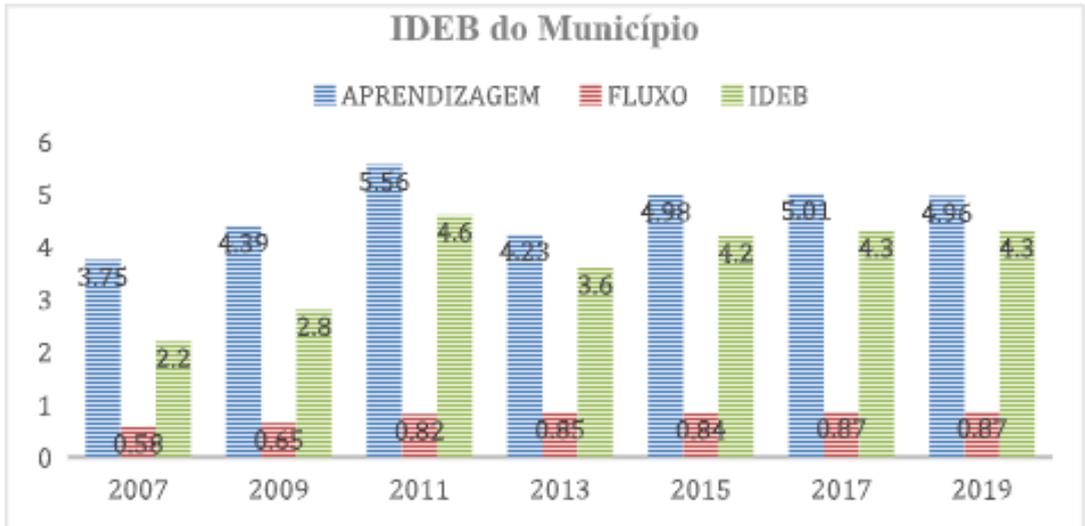
Fonte: Censo Escolar/INEP 2020, apud QEDu.org.br

Podemos inferir que, de acordo com a Tabela 1, em relação ao número de matrículas nas creches do campo, o ano de maior procura foi em 2020 e com menor em 2018. Na cidade, ocorreu um aumento expressivo, com mais de 50% entre os anos 2015-2018. No entanto, de 2018-2020, aumentou de 324 para 226 alunos(as). A pré-escola também sofreu constante variação, tanto no campo quanto na cidade, sendo que, no campo, se percebe uma oscilação, visto que nos períodos de 2015-2020 respectivamente tivemos 245, 219, 287, 315, 301, 252 matrículas.

Constatamos também baixas consideráveis no número de alunos(as) matriculados (as) no Ensino Fundamental anos iniciais e finais, durante o período analisado. Ademais na Educação de Jovens e Adultos (EJA), vimos que em 2020 tinha 143, em 2020, sendo que em 2015 tinha 163 matrículas.

Por sua vez, o Gráfico 1 nos impulsiona a observar os índices de desenvolvimento da educação básica (IDEB) no município de Itacaré, relacionado ao público do Ensino Fundamental Anos Iniciais. Notamos que houve um pequeno aumento durante o período analisado (2015 – 2019), pois estava de 4,2% e foi para 4,3%. Já em relação a aprendizagem, ocorreu considerável avanço, mesmo oscilando em alguns anos, pois em 2015 era 4,98% e aumentou para 5,01% em 2017. Mas em 2019, teve uma queda, ficando em 4,96%. Já em relação ao fluxo, notamos que ele saiu de 0,85 e foi para 0,87 como podemos analisar a seguir:

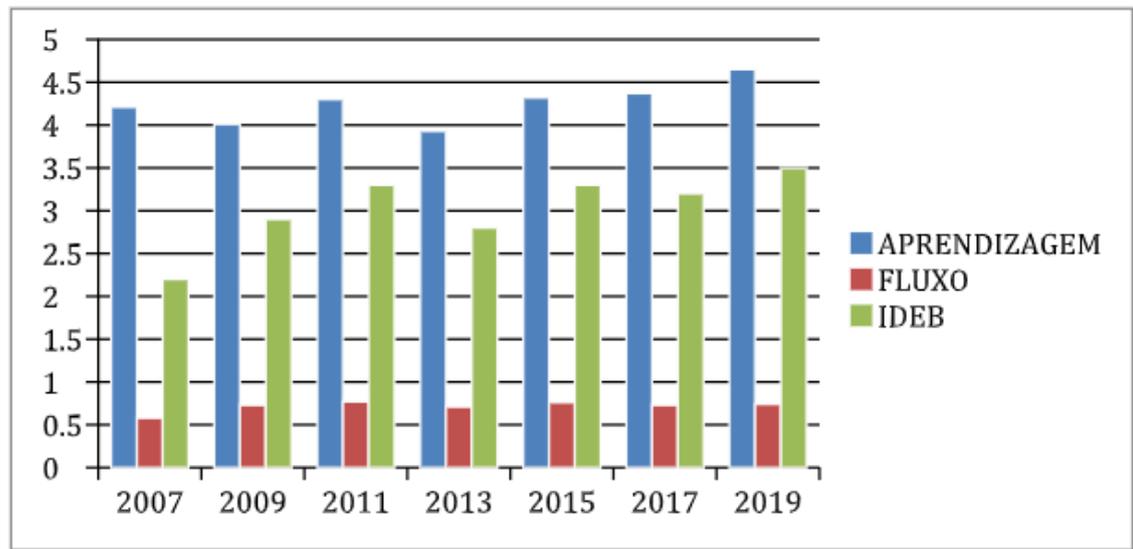
GRÁFICO 1 – IDEB DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ ENTRE 2007-2019- ANOS INICIAIS



Fonte: Censo Escolar/INEP 2020, *apud*, QEdu.org.br(2021).

Quanto ao Ensino Fundamental Anos Finais, percebemos que o IDEB, relativo ao campo aprendizagem, sofreu avanços no período de 2015 a 2019, aumentando e chegando a mais que 4,5. Já em relação ao fluxo, se manteve estável, oscilando entre 0,73 e 0,77. Já o IDEB, avançou, chegando em 2019 a 3,5. Vimos de acordo com o gráfico que nessa etapa da educação houve também variação, mas ao longo do período sempre foi aumentando os percentuais, como podemos verificar no Gráfico 2 a seguir:

GRÁFICO 2- IDEB DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ ENTRE 2007-2019- ANOS FINAIS



Fonte: Censo Escolar/INEP 2020, *apud*, QEdu.org.br(2021).

Ao analisarmos os planejamentos realizados pelo Município de Itacaré no que tange à fomentação da inclusão tecnológica na Educação, verificamos que em seus termos de compromissos disponibilizados no site SIMEC, os documentos inseridos entre os anos de 2011-2017, apresentam a aquisição dos seguintes itens: 3 ônibus escolares, sendo 2 grandes portes 1 pequeno porte; 3 quadras cobertas e ainda manutenção de mais 2 quadras; 3 creches tipo B; Mobiliário escolar diversos (principalmente para as escolas de educação infantil). Não encontramos nenhuma aquisição relativo a dimensão 4 e suas sub áreas, que tratam sobre o uso das tecnologias como podemos ver seu detalhamento a seguir:

- 4.2.1 – Existência de computadores com acesso à internet na área urbana; 4.2.1 – Existência de computadores com acesso à internet na área urbana;
- 4.2.2 – Existência de computadores com acesso à internet no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas
- 4.2.3 – Existência de sala de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado (AEE)
- 4.2.2 – Existência de computadores com acesso à internet no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas
- 4.2.3 – Existência de sala de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado (AEE) (BRASIL, 2019, *ONLINE*).

Mediante essas informações nota-se que não foram inseridos no PAR recursos destinados a área envolvendo tecnologias. Assim, buscamos analisar o Censo 2020, que no campo infraestrutura, tem uma lista de itens/equipamentos tecnológicos nas redes de ensino do município, conforme podemos destacar a seguir:

TABELA 2 – ITENS E EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICO

Redes de Ensino	DV D	Impressora	Antena Parabólica	Retroprojektor	Televisão	Maquina Copiadora	Computadores Por alunos(as)	Computadores administração
Municipal	9	12	1	0	11	4	3	14
Estadual	2	1	0	0	2	0	0	2
Privado	3	3	0	0	3	2	16	3

Fonte: Censo Escolar/INEP 2020, *apud*, QEDu.org.br(2021)

Ao analisar esses dados do Censo Escolar 2020, entendemos que essas redes possuem esses itens/equipamentos tecnológicos, então foram adquiridos antes do período analisado no PAR(2015-2019). Logo, não está havendo novas aquisições e manutenções. Na tabela 2,



identificamos que as redes estaduais e municipais, operam em grande defasagem na disponibilização dos itens para os(as) alunos(as), e também a utilização para os(as) professores(as).

Nessa conjuntura, percebe-se a situação problemática que se encontram as redes públicas na cidade de Itacaré, demonstram carências nas possibilidades de acesso a internet e até mesmo a computadores onde os(as) alunos(as) possam desenvolver atividades escolares.

Quando observamos esses dados somente nas escolas Municipais situadas na área urbana percebemos que a situação é realmente precária, pois só tem 3 computadores destinados aos(as) estudantes para que possam desenvolverem suas atividades. Essa situação ocorre de modo similar com a quantidade de computador para o setor administrativo, pois contam com 14 computadores, sendo que só 9 tem acesso à internet.

Já quando visualizamos esses dados nas escolas situadas na zona rural do Município, esses itens são mais ausentes, visto que existe 30 escolas e segundo os dados só existe 1 DVD, 4 impressoras, 2 televisores, 5 computadores administrativos, 4 conexões a internet e 1 conexão via Banda Larga.

Por fim, percebemos que a inclusão tecnológica via políticas do PAR na efetivação da BNCC nas escolas do Campo e Cidade do Município de Itacaré-Ba, carece de novos estudos para compreendemos como se dá essa consolidação, visto que por meio do sistema SIMEC, as informações são muito frágeis denotando que nesse período analisado não houve investimento em tecnologias educacionais que para Santos (2021) compreende como “um conjunto de instrumentos que visão auxiliar o trabalho pedagógico, cabendo citar : o *pendrive*, DVD, rádio, cinema, TV, internet. Neste interím, decorre que o uso destes elementos permite aumentar as possibilidades de aprendizagens e expansão do ensino[.]” (p.56).

Mediante a realidade visualizada de Itacaré, questionamos como as unidades escolares estão conseguindo ter acesso as tecnologias educacionais e também proporcionar aos(as) alunos(as) contato com essas tecnologias, pois na sociedade que vivemos hoje há a grande necessidade do cidadão se apropriar das tecnologias para poder se relacionar na esfera social, profissional e/ou acadêmica.

Assim, entendemos que o município também precisa investir na formação continuada dos (as) professores(as) “professores, treinados insuficientemente, reproduzem com os computadores os mesmos procedimentos que estavam acostumados a realizar em sala de aula. As alterações são mínimas e o aproveitamento do novo meio é o menos adequado”

(KENSKI,2010, p. 78). Logo, a inserção tecnológica só terá sucesso se o(a) professor(a) estiver consciente das possibilidades pedagógicas apresentadas pelas tecnologias, saber que o uso das tecnologias aliada a internet na educação se torna um espaço social e cultural, para tanto, precisa antes de tudo saber manuseá-las e que a escola disponibilize esses aparatos tecnológicos.

Cabe ressaltar que se essas escolas não possuíam esses itens tecnológicos até 2019, no ano de 2020 e 2021 onde estamos vivenciando o ensino remoto na educação devido a pandemia da COVID 19, a qualidade do ensino oferta não está proporcionando a verdadeira inclusão dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, nem a inclusão tecnológica. Pois no Ensino Remoto os(as) professores(as) e alunos(as) não estão presencialmente no mesmo espaço geográfico, precisa de um suporte tecnológico para se comunicar.

Portanto, o ambiente educacional mediado por tecnologias pode ajudar no desenvolvimento das habilidades e competências dos(as) estudantes que servirão para sua vida em sociedade. Para tanto, a escola precisa possibilitar recursos para os(as) professores(as) criar estratégias de ensino e viabilizar, outros formatos de promover a educação, alinhando os recursos destinados à cidade de Itacaré, a inserção tecnológica na educação, que promoverá também a cultura digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da análise aqui empreendida e embasada nos dados pesquisados sobre a educação no município de Itacaré notamos que o mesmo não investiu em fomentar a inclusão tecnológica na Educação durante o período analisado (2015-2019), visto que nos relatórios contidos no SIMEC, não há planejamento e execução de ações relativos a esse tema.

Logo, no PAR, em especial na dimensão 4 e suas áreas que tratam sobre a Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos, notamos que os recursos foram destinados em grande parte para a educação infantil (construção de creches) e quadras poliesportivas cobertas. Se esses recursos tecnológicos chegaram as escolas, os mesmos não foram inseridos e planejados pelo PAR. Ou a equipe gestora do Município não está atualizando as informações.

Quando refletimos sobre as ações presentes no PAR, que estão relacionadas a sua dimensão 4 e a implantação da BNCC, constatamos que mediante as informações prestadas pela equipe gestora do Município no sistema são frágeis e não denotam essa relação de planejamento e execução. Logo há carências de dados para podemos inferir se o Município está

articulando essa adequação do currículo para atender as especificidades da BNCC e a inclusão tecnológica.

Por fim, não podemos afirmar nem negar se há realmente a inclusão tecnológica via políticas do PAR para a efetivação da BNCC nas escolas do Campo e Cidade do Município de Itacaré-Ba devido a falta de dados nas plataformas de monitoramento e acompanhamento das ações para a educação municipal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Nº 6094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, pela União em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de abril de 2007.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Educação.** Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Guia de programas. Brasília, DF, jun., 2007b.

_____. **Resolução CNE/CP nº 2 de 22 de dezembro de 2017.** Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DED/EZEMBRODE2017.pdf. Acesso 07 mai. 2021.

_____. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** 2021. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso 07 mai. 2021.

_____. **Plano de Ações Articuladas– PAR- 2016-2019: Etapa planejamento.** Módulo PAR/SIMEC, 2017. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/poliges/article/view/8526/5776>. Acesso em 20.03.2021

_____. **Censo Escolar 2020.** INEP. Disponível em: https://www.qedu.org.br/cidade/4123-itaicare/censoescolar?year=2020&localization=1&dependence=3&education_stage=0&item=matriculasno-ensino-fundamental. Acesso em 20.03.2021

_____. **Caderno de estudos / Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE.** Ministério da Educação. Plano de Ações Articuladas – PAR: Assessoria de Educação Corporativa. - 1. ed. - Brasília : MEC, FNDE, 2019.

CARVALHO, Tereza Simone Santos de; SERGIO, Marleide Maria. **Fechamentos das escolas no campo: o caso da Escola Municipal Assentamento Fortaleza-Nossa Senhora da Glória/SE.VIII.** VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 14 – Educação do/no campo, Curitiba, 2017 Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt14_1506899663_arquivo_artigo-completos-singa-2017.pdf, Acesso em 05. Jun 2021.



FREITAS, Luiz. C. **Dia D da BNCC: 12 razões para não ser coadjuvante.** 2018.

Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2018/03/05/dia-d-da-bncc-12-razoes-para-nao-ser-coadjuvante/#:~:text=Desta%20forma%2C%20um%20Estado%20n%C3%A3o,n%C3%A3o%20cair%C3%A1%20nas%20avalia%C3%A7%C3%B5es%20nacionais>. Acesso 07 mai. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades.**

Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso 07 mai. 2021.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KENSKI, Vani. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** 9. ed. Campinas: Papirus, (Série Prática Pedagógica).2010.

MELIANI, Paulo Fernando. **De porto cacauero a destino turístico: transição funcional e permanência do espaço derivado de Itacaré, município da Região cacauero da Bahia.**

Geografia, v. 31, N. 3 set/dez 2006. Disponível em:

<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br>. Acesso em: 23. Mar 2021.

SANTOS, Arlete Ramos; SANTOS; Eliane Nascimento; SANTOS, Igor Tairone Ramos; **A educação em tempos de extrema direita: o abandono educacional-tecnológico no campo.**

Revista de Estudos em Educação e Diversidade. v. 2, n. 3, p.47-70, jan./mar. 2021. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/reed>ISSN: 2675-6889. Acesso em 13. Jun.2021

SANTOS, Arlete Ramos; SILVA, Adelson Ferreira; TERREROS; Maria Isabel Gonzalez. **A BNCC e o parâmetro do mercado para uma qualidade do ensino: contrassenso a uma educação crítico-emancipatória.** Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES) - UESB-Itapetinga. ISSN: 2763-5716 – Ano 2021, vol. 2, n. 1, set. – dez. de 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/poliges/article/view/8526/5776>

Acesso em 13. Jun.2021



III Congresso **Internacional**
V Congresso **Nacional**

25 a 28
Agosto 2021

